

Contribuições para a agenda
de políticas educacionais da

PARAÍBA



INTRODUÇÃO

Este breve material tem como objetivo apresentar algumas contribuições para a agenda de políticas educacionais da Paraíba, no contexto do início da gestão 2023-2026. Ele é composto por duas seções:



1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE JOÃO AZEVEDO

Aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha do governador eleito, observando o programa de governo, discurso e redes sociais.



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA PARAÍBA

Traz contribuições para a agenda educacional da Paraíba, a partir das recomendações prioritárias elencadas no documento Educação Já 2022¹.

¹ O documento “Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira” apresenta recomendações de políticas educacionais para as gestões estaduais e federal eleitas em 2022. Ele foi construído com a colaboração de dezenas de especialistas e organizações que atuam no campo educacional e pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/iniciativa-educacao-ja/>.

1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE JOÃO AZEVEDO

A partir de uma leitura do plano de governo da candidatura do governador eleito e do acompanhamento de seus pronunciamentos públicos, esta seção aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha.

1.1 | Pontos de destaque:

Diversos temas relevantes para a Educação Básica foram apontados na campanha de João Azevedo, seja no plano de governo, nas redes sociais ou em pronunciamentos públicos. Dentre eles, destacam-se:

- A.** O plano de governo pretende fortalecer as estratégias de busca ativa escolar e criar um programa voltado para a atenção psicossocial para estudantes e profissionais da Educação;
- B.** O plano menciona a ampliação de políticas de valorização e formação dos profissionais da Educação;
- C.** O plano de governo prevê a ampliação na oferta de escolas em tempo integral no Ensino Médio;
- D.** O plano cita a ampliação da oferta da Educação Profissional e Tecnológica (ETP);
- E.** O plano de governo prevê a ampliação de políticas de aperfeiçoamento do uso de tecnologias educacionais;
- F.** O plano aborda a ampliação de políticas voltadas para uma Educação na perspectiva inclusiva.

1.2 | Pontos de atenção:

Alguns temas relevantes não receberam prioridade durante a campanha e, como será abordado na seção de contribuições, seria importante que fossem considerados em uma agenda educacional sistêmica para a Paraíba:

- A.** Ações voltadas para a recomposição das aprendizagens e investimentos na alimentação escolar;

- B.** Programas realizados em regime de colaboração com os municípios, em especial a continuidade do programa voltado para a primeira infância (Paraíba Primeira Infância) e para a alfabetização das crianças na idade certa (Integra Educação PB);
- C.** A modernização da gestão da secretaria de Educação e o fortalecimento das 14 Gerências Regionais de Ensino;
- D.** Políticas referentes ao financiamento educacional;
- E.** Políticas voltadas para o fortalecimento da gestão escolar, incluindo avanços em processos de seleção, alocação e desenvolvimento profissional dos gestores escolares;
- F.** Ações voltadas para os Anos Finais do Ensino Fundamental;
- G.** A implementação do novo currículo de Ensino Médio, que exige mudanças relevantes nas escolas estaduais, além de programas de incentivo à permanência dos jovens na escola até a conclusão da etapa;
- H.** Ações para promover uma Educação antirracista.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA PARAÍBA

AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Combate à evasão escolar, recomposição de aprendizagens, ações de acolhimento e saúde mental e melhoria da alimentação escolar

Combater os efeitos imediatos da pandemia na Educação será essencial para garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Destaca-se que:

1. A atual estratégia de Busca Ativa Escolar da Paraíba teve início em 2021 e é liderada pela Undime e Unicef. O programa tem como característica o monitoramento da matrícula e frequência escolar dos estudantes através de tecnologia disponibilizada para as redes de ensino. Atualmente, 165 dos 223 municípios da Paraíba aderiram ao programa. É importante que a Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (Seect) **fortaleça essa estratégia, em diálogo constante com as Gerências Regionais de Ensino (GREs) e as escolas.**
2. Considerando as grandes perdas de aprendizagem que os estudantes tiveram no período de isolamento, é **essencial que o estado invista em ações de recomposição das aprendizagens, de forma a mitigar os efeitos da pandemia na Educação.** Algumas ações que podem ser realizadas são: avaliações diagnósticas, reorganização curricular, formação de turmas temporárias menores de reforço, com níveis semelhantes de aprendizagem, aumento do tempo que os estudantes passam na escola, entre outros.
3. Em 2020, a Paraíba instituiu o Plano Educação Para Todos em Tempos de Pandemia (PET-PB). Um dos seus eixos abarcava um conjunto de orientações de apoio à saúde mental dos estudantes e profissionais da Educação, entre as quais a promoção de espaços de escuta e ações de atenção psicossocial a estudantes e profissionais de Educação, em articulação com os serviços de saúde, assistência social e rede de apoio. **É essencial que a Seect retome essa ação e que o estado garanta o investimento em ações de acolhimento e saúde mental para os estudantes e os profissionais da Educação.** Para além disso, é importante haver uma **atuação intersetorial** com outros serviços, assegurando que haja atendimento individualizado para casos mais graves.

4. Seguir ampliando e qualificando os investimentos na alimentação escolar dos estudantes.

10 MEDIDAS ESTRUTURAIS DO EDUCAÇÃO JÁ

1) Governança - Fortalecimento da governança da Educação Básica no estado

Fortalecer a governança da Educação Básica é essencial para garantir que o estado e os municípios trabalhem juntos para avançar políticas públicas de Educação. Nesse sentido, ressalta-se que:

1. Na Paraíba, as redes municipais são as responsáveis por 100% das matrículas na Educação Infantil, 91% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 70% nos Anos Finais. Nesse cenário, ainda que a rede estadual possua mais matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, é responsabilidade do governo estadual **coordenar a política educacional no território e fornecer suporte e apoio aos municípios para melhoria da qualidade da oferta educacional.**
2. Atualmente, a Paraíba conta com diversos programas realizados em colaboração entre estados e municípios, destacando-se os seguintes: (i) Programa de transporte escolar; (ii) Soma - Pacto pela aprendizagem; (iii) Integra Educação PB; (iv) Programa Paraíba Primeira Infância e (v) Alfabetiza PB. É importante **investir na qualificação desses programas, garantindo que o estado seja o efetivo coordenador da política educacional e que apoie os municípios na melhoria da Educação.**

2) Gestão dos sistemas educacionais - Modernização da gestão da secretaria de Educação

Fortalecer e modernizar a gestão educacional é fundamental para conseguir bons resultados educacionais. Algumas medidas importantes são:

1. Compor uma **equipe gestora altamente competente** e investir na qualificação dos servidores da Seect.
2. **Fortalecer a gestão estratégica da secretaria**, garantindo um planejamento adequado, metas claras e um monitoramento contínuo.
3. **Aprimorar a capacidade administrativa da Seect**, criando processos e sistemas mais ágeis e eficientes.
4. **Fortalecer as 14 Gerências Regionais de Educação (GRES)**, garantindo que atuem de forma cada

vez mais próxima no suporte às escolas e redes municipais.

- Ampliar o diálogo com os profissionais da Educação da rede, assegurando uma **gestão democrática** baseada na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito.

3) **Financiamento** - Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade

Garantir mecanismos de financiamento mais distributivos é imprescindível para reduzir as desigualdades e fomentar a indução de qualidade. Sendo assim, algumas medidas importantes são:

- A Paraíba aprovou, em 2022, a Lei nº 12.373, que modificou os critérios de distribuição da cota-parte do ICMS aos municípios, definindo que 10% dos recursos serão repassados de acordo com os resultados educacionais de cada município. De acordo com o texto aprovado, que ainda precisa ser regulamentado, o índice de avaliação a ser utilizado será definido pela taxa de aprendizagem gerada por uma avaliação de larga escala. **É importante garantir que esse índice considere a melhoria no desempenho educacional dos municípios de um ano para outro**, e não apenas o seu resultado no ano vigente.
- Instituir **mecanismos de autonomia financeira e descentralização de recursos para as escolas**, garantindo mais flexibilidade e eficiência para as equipes de gestão escolar. Além disso, essas transferências devem levar em conta critérios de equidade, destinando mais recursos para as escolas que atendem estudantes mais vulneráveis.

4) **Professores** - Valorização e fortalecimento da profissão docente

Garantir professores motivados, bem-preparados e com boas condições de trabalho é fundamental para uma Educação de qualidade. Nesse sentido, alguns caminhos a serem considerados são:

- Realizar um amplo **diagnóstico e planejamento do quadro de professores**. Caso seja necessário novas contratações, definir se serão feitas via concurso público (o último concurso da Paraíba foi em 2019, mas há previsão de anúncio de um novo concurso a ser realizado) ou por processo seletivo simplificado. Também, ressalta-se a importância de **qualificar os processos de seleção**, instituindo avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica (ex. demonstração de aula, que não constou como etapa no último concurso). Por fim, reforça-se a relevância de **aprimorar o estágio**

probatório, garantindo que seja uma ferramenta efetiva para o desenvolvimento profissional dos professores ingressantes.

2. Em maio de 2022, o governo do estado sancionou a Lei nº 12.292, que garante reajuste salarial de 33,24% para os professores da rede estadual. **É fundamental oferecer salários competitivos aos professores, além aprimorar e atualizar o plano de carreira atual** (Lei nº 7.419/2003), tornando-o mais atrativo e sustentável, considerando a oferta de benefícios, a atribuição de novas responsabilidades conforme a progressão na carreira e evoluções baseadas em competências profissionais orientadas para a melhoria da prática pedagógica.
3. Garantir uma **rotina e condições de trabalho adequadas, priorizando que os docentes tenham jornada completa em apenas uma escola** (30 a 40 horas semanais) e tempo extraclasse de qualidade para planejamento e outras atividades, como formação.
4. Ampliar as políticas de formação continuada, garantindo que as ações sejam alinhadas às políticas pedagógicas da rede e que sejam orientadas pelas necessidades individuais do professor e da escola.
5. Para apoiar avanços na formação inicial de professores no Ensino Superior, a secretaria poderia criar um **programa de estágio remunerado para os licenciandos atuarem nas escolas de Educação Básica** do estado de forma qualificada.

5) Gestão escolar - Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar

Diretores e suas equipes gestoras qualificadas e apoiadas para atuarem como lideranças nas escolas são fundamentais para garantir a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, considera-se que:

1. Na Paraíba, de acordo com dados do Censo Escolar de 2021, 96,9% dos diretores da rede estadual são selecionados exclusivamente por meio de indicação ou escolha da gestão. Neste contexto, é fundamental **aprimorar esse processo, incluindo mecanismos que avaliem as competências técnicas dos profissionais**. Isso está previsto na Meta 19 do PNE (que menciona estratégias de priorização de repasses da União aos entes federados que observem critérios técnicos na nomeação de diretores escolares) e no Art. 14 do Novo Fundeb, que determina, dentre as condicionalidades de parte da complementação da União (Vaar), o provimento do cargo de gestor segundo critérios técnicos de mérito e desempenho.
2. Além do aperfeiçoamento dos processos de seleção de diretores escolares, é fundamental

garantir formações considerando as diferentes fases de desenvolvimento profissional em que se encontram.

3. As equipes de gestão escolar necessitam receber **contínuo suporte da secretaria de Educação**. Isso passa por alguns temas já tratados, como o fortalecimento das GREs e os repasses de recursos financeiros direto para as escolas. É importante, ainda, que seja constantemente **reavaliado o quadro de profissionais da gestão de cada escola**, garantindo número suficiente de profissionais com perfil adequado para as funções. A oferta de **ferramentas de gestão** (financeira, administrativa e pedagógica) é outra medida que precisa ser reforçada.

6) Políticas Pedagógicas - Implementação dos currículos reelaborados à luz da BNCC

Políticas pedagógicas coerentes são essenciais para apoiar o trabalho dos professores em sala de aula e impulsionar a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nessa temática, algumas medidas importantes são:

1. Oferecer as **devidas condições para que as Propostas Curriculares do Estado da Paraíba sejam implementadas em sala de aula**, disponibilizando materiais pedagógicos de qualidade e formação continuada específica para o trabalho com o currículo da rede.
2. O estado possui o Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba (Avaliando IDEPB), que consiste em uma prova composta pelas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e realizada por estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio. O desempenho nessa avaliação, em conjunto com o fluxo escolar, gera o Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (IDEPB). É importante **garantir que esse sistema seja alinhado aos currículos e que forneça devolutivas pedagógicas** rápidas e de fácil compreensão, para que os professores possam fazer as intervenções pedagógicas com mais qualidade.

7) Primeira infância - Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na primeira infância

É essencial o investimento em políticas voltadas para a primeira infância, garantindo que todas as crianças recebam cuidado integral. Algumas ações importantes são:

1. Em novembro de 2021, o estado instituiu o programa Paraíba Primeira Infância, desenvolvido em caráter intersetorial com as secretarias de Desenvolvimento Humano, Saúde, Educação, Assistência

Social e Esportes. O programa contempla 4 eixos: (i) cuidado materno-infantil; (ii) cuidado com a convivência familiar e comunitária; (iii) cuidado com a diversão (ações de incentivo ao brincar, ao esporte e à cultura) e (iv) cuidado com o desenvolvimento (ações da Educação infantil). À secretaria de Educação compete um conjunto de ações, entre as quais apoiar os municípios paraibanos com recursos financeiros para construção de unidades de Creche/Pré-escola e a oferta de formações continuadas e atividades formativas. Considerando que se trata de um programa recente, é importante **monitorar as ações, em diálogo frequente com os municípios, para verificar e fortalecer sua implementação em cada rede. Além disso, é fundamental oferecer apoio aos municípios que tiverem maiores dificuldades em efetivar as ações previstas.**

2. No âmbito do Paraíba Primeira Infância, é fundamental que a secretaria **apoie os municípios na expansão do atendimento nas etapas de Creche e Pré-escola** (na Paraíba, em 2019, as taxas de atendimento escolar das crianças de 0 a 3 anos eram de 35,6% e de 95,3% para as crianças de 4 a 5 anos) **e na melhoria da qualidade da Educação nestas etapas.**

8) Alfabetização - Políticas voltadas à alfabetização na idade certa

O trabalho colaborativo entre estados e municípios é fundamental para assegurar que toda criança brasileira esteja plenamente alfabetizada no início de sua trajetória escolar. Nesse cenário, destaca-se:

1. Em maio de 2021, o estado criou o projeto Integra Educação PB, cujo objetivo principal é alfabetizar as crianças da Paraíba na idade certa, ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, em regime de colaboração com os municípios. O projeto visa, ainda, corrigir o déficit de aprendizagem e a distorção idade-série dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A iniciativa abarca um conjunto de ações, entre as quais: (i) desenvolvimento de sequências didáticas com foco na alfabetização; (ii) realização de avaliações diagnósticas; (iii) oferta de formação continuada para professores e gestores escolares; e (iv) criação de um painel de aprendizagens. Tendo em vista que o “Integra Educação PB” ainda é um programa recente, é **fundamental fazer o monitoramento das ações e garantir a implementação de todos os eixos previstos pelo programa, de forma que o estado possa avançar na alfabetização de todas as crianças na idade certa.** Ademais, para além de oferecer apoio técnico aos municípios, **seria importante que o estado oferecesse incentivos financeiros**, através, por exemplo, da premiação para escolas com melhores desempenho e recursos de apoio para escolas com maiores dificuldades.

9) Anos Finais - Construção de uma nova concepção de escola para os Anos Finais do Ensino Fundamental

A rede estadual da Paraíba é responsável por 30% das matrículas de Anos Finais da rede pública do estado. É preciso promover esforços para desenhar uma nova proposta pedagógica para a etapa, em cooperação com os municípios. Algumas medidas importantes são:

1. Implementar **ações e medidas que tornem a escola mais engajadora nos Anos Finais** do Ensino Fundamental, tais como: ofertar disciplinas eletivas e de projeto de vida, implementar programas de tutoria, incentivar o uso de metodologias ativas de aprendizagem e apoiar protagonismo do adolescente (mesmo em escolas de tempo parcial, essas estratégias são viáveis).
2. De acordo com dados do Censo Escolar de 2021, 11,9% das matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública da Paraíba são em escolas de tempo integral (a média nacional é de 10,4%). Levando em consideração apenas a rede estadual, o percentual de matrículas em escolas integrais é o segundo maior entre os estados brasileiros. Nesse contexto, é importante que a **expansão da carga horária das escolas dessa etapa continue sendo uma prioridade do governo**, a fim de garantir a oferta de uma Educação Integral para mais estudantes.

10) Ensino Médio - Reformulação na oferta do Ensino Médio

É imprescindível garantir uma reformulação no Ensino Médio, investindo em escolas que preparem os jovens para seu futuro enquanto cidadão e profissional. Nesse contexto, destaca-se:

1. A Paraíba começou, em 2021, a implementação do Novo Ensino Médio com algumas escolas-pilotos da rede estadual. Em 2022, todas as escolas da rede foram incluídas na nova estrutura curricular. Nesse sentido, **é importante acompanhar e monitorar como está sendo a implementação desse novo currículo** (tanto da parte formação geral básica como dos itinerários formativos). **Apoiar as escolas** e garantir que as políticas pedagógicas (formação continuada, materiais didáticos e avaliação) estejam alinhadas a essa nova estrutura curricular também é fundamental. Por fim, é central manter um diálogo constante com a comunidade escolar para entender como ela tem avaliado a implementação e quais pontos podem ser ajustados.

2. Na Paraíba, o acesso à modalidade Profissional e Tecnológica é feito através dos programas das Escolas Cidadãs Integrais Técnicas, das Escolas de Educação Profissional e Tecnológica e do Programa de Educação Profissional e Tecnológica do Estado da Paraíba, através da rede estadual de ensino. Os cursos são ofertados nas modalidades integrada, FIC e concomitante. Em 2021, de acordo com dados do Censo Escolar, 32,5% das matrículas do Ensino Médio na Paraíba foram na EPT, acima da média brasileira de 23,8%. Nesse cenário, é importante que a Seect **continue investindo nesses programas, garantindo uma articulação com o itinerário formativo da Formação Profissional e Tecnológica previsto no Novo Ensino Médio**. Além disso, é possível que o programa “Primeira Chance” (cujo objetivo é promover oportunidades de estágio e de iniciação à prática profissional aos estudantes matriculados ou egressos da rede estadual da Paraíba) seja alinhado aos cursos de EPT.
3. De 2020 para 2021, de acordo com dados do Censo Escolar, a Paraíba expandiu em 34,8% o número de matrículas no Ensino Médio em escolas de tempo integral, atingindo 55,8% de matrículas, a segunda maior taxa entre os estados brasileiros, muito acima da média nacional de 15,5%. Além disso, todos os 223 municípios paraibanos possuem ao menos uma escola estadual de tempo integral. Nesse cenário, é importante **continuar priorizando a expansão do Ensino Médio Integral, garantindo que todos os estudantes que tiverem interesse tenham vaga garantida nessas escolas**. Essa medida é transformacional para garantir uma melhoria na qualidade das escolas e já abarca grande parte das mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio.
4. É fundamental desenvolver **programas de apoio à permanência dos jovens na escola**, com foco naqueles em situação de maior vulnerabilidade, como a oferta de bolsa-auxílio ao longo da etapa.

PAUTAS TRANSVERSAIS

1) Tecnologias na Educação

Investir em ações que viabilizem a utilização de tecnologias educacionais é essencial para garantir uma Educação conectada à realidade da sociedade. Ressalta-se que:

1. Em 2020, o estado criou o programa “Conecta Paraíba Educa”, em que distribuiu Chips 3g e 4g para estudantes e professores da rede estadual de ensino. Em 2021, criou também o programa “Paulo Freire - Conectando saberes”, que emprestou computadores para todos os professores da rede estadual com matrícula ativa. Para além dessas iniciativas, **é importante construir uma estratégia estadual de médio prazo para viabilizar uma adoção qualificada das tecnologias na Educação**. Isso deve envolver as questões de infraestrutura (conectividade e dispositivos), de implantação de recursos

digitais e gerenciamento de dados, além da formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão.

2) Educação Inclusiva

É fundamental garantir que crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à Educação de qualidade em escolas comuns. Assim, é necessário ressaltar a importância de:

1. Adoção de **medidas de busca ativa com ações intersetoriais** para os estudantes que estejam fora da escola, evitando a exclusão escolar para esse público. Além disso, é necessário garantir **condições de permanência**, com oferta adequada de salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e professores do atendimento educacional especializado, acessibilidade nas escolas e formação de professores.
2. Oferta de **formação continuada** ampla, voltada tanto para os docentes de **atendimento educacional especializado como para demais professores e profissionais da Educação**.
3. Possibilitar que programas de **repasso descentralizado de recursos** prevejam aplicação dos recursos voltadas para o investimento em inclusão, tais como obras para melhoria da acessibilidade, recursos tecnológicos, aquisição de materiais didáticos acessíveis, etc.

3) Educação Antirracista

As políticas educacionais do estado precisam avançar no sentido de terem de forma intencional uma abordagem antirracista e de promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer). Isso é uma condição essencial para a evolução da qualidade educacional com equidade. Dentro de um plano estadual para a Educação antirracista, inserem-se, entre outras questões:

1. Garantir **representatividade nos cargos de liderança** da gestão.
2. Desenvolver **políticas pedagógicas** que tratem o tema de forma qualificada.
3. Investir na **formação dos profissionais da Educação** do estado para trabalharem com a temática de forma intencional.



Saiba mais em:

www.todospelaeducacao.org.br